

No fim, o consenso não chega

CESAR FONSECA

Da Editoria de Economia

Apesar do nível de extrema cordialidade que marcou a primeira discussão da política econômica do governo, promovida pelo presidente Sarney, com a participação dos que a apoiam e dos que a criticam, não houve consenso entre os 12 integrantes da reunião, de ontem, na Granja do Torto, que durou nove horas.

A principal suspeita de que houve divergência foi captada pelo batalhão de repórteres quando foi informado que ninguém daria entrevista, apenas o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. O comportamento dos participantes da reunião contrariou, entretanto, declarações anteriores do assessor de imprensa da Presidência, Fernando César de Mesquita, de que o Presidente queria ouvir toda a sociedade sobre os temas econômicos. Ninguém quis dar declarações.

O professor Luiz Gonzaga Belluzzo, considerado um dos economistas mais críticos das medidas econômicas em vigor, reconheceu que houve liberdade total na colocação das idéias — “tudo que precisava dizer, eu disse com liberdade total”, ressaltou. Entretanto, admitiu que em alguns pontos houve coincidência de pontos de vista, mas, por outro lado, muitas divergências afloraram, sem, porém, provocar debates acalorados.

Representantes de duas escolas do pensamento econômico — estruturalistas e monetaristas — estiveram frente a frente durante todo o dia, ontem, na Granja do Torto, para discutirem as suas idiossincrasias e

tentarem superar os difíceis obstáculos colocados no caminho da economia brasileira, sob a supervisão e arbitragem do presidente José Sarney, que, reconhecidamente, não mantém relações afins com as questões econômicas.

Ambas as escolas estão em crise. Todos os remédios que elas receitaram revelaram-se ou estão revelando-se precários e inconsistentes para combater o que consideram conjuntamente o inimigo número um da economia, a inflação. Um mês antes da eleição do Colégio Eleitoral que elegeu o presidente Tancredo Neves, o então ministro do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, revelou, na casa do deputado Israel Pinheiro (PFL-MG), que os economistas do governo estavam sem rumo, pois todos os remédios receitados pelos manuais da economia foram utilizados e não deram certo; estavam todos, portanto, perdidos.

Há duas semanas, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, provocado pelos jornalistas a se definir ideologicamente, se monetarista, se estruturalista, desabafou que todas as escolas ou faliram ou estão em crise, de tal forma que tanto o pensamento estruturalista como o monetarista deixaram de ser intérpretes fiéis dos acontecimentos econômicos, na prática do dia a dia. Para Vital, a melhor escola é o pragmatismo.

As alterações na conjuntura econômica, diz Vital, ocorrem momento a momento e não se pode trabalhar em cima de planejamento sequer a médio prazo.

Mas, como os monetaristas, os estruturalistas estão, pela

mesma forma, desorientados em relação às suas respectivas escolas de pensamento que orientaram sua visão de mundo. Recentemente, o ministro João Sayad, considerado estruturalista neo-keynesiano — os monetaristas consideram-no “estatizante” — declarou na Folha de S. Pau como fez, Vital, que o teoria está falida. E preciso deixar, disse, a teoria de lado e partir para as soluções práticas. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que não pode ser considerado nem estruturalista nem monetarista, pois não tem formação econômica, alinha, porém, com o pensamento de Simonsen na linha mais austera possível, identificando a economia pela ótica do déficit de caixa, ou seja, tudo é uma questão de receita e despesa; todo o desequilíbrio da economia decorre da alteração entre o equilíbrio da receita e da despesa.

No momento, a discussão central entre os considerados estruturalistas e monetaristas, está em torno das empresas estatais. Dornelles defendeu cortes de Cr\$ 20 trilhões no déficit público e reconheceu que Cr\$ 18 trilhões desse total correspondem aos débitos de empresas do governo, que está pagando mensalmente Cr\$ 1,5 trilhão de avais não honrados por elas frente aos credores internacionais. Ou seja, toda a estratégia de cortes nos gastos públicos está praticamente voltada para atuar sobre as estatais. Sayad, encarregado de ditar os cortes, está defendendo um corte inferior a Cr\$ 10 trilhões e admitiu que serão gerados inúmeros problemas políticos para o governo a desativação de projetos econômicos estatais.